



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL/POR VIDEOCONFERÊNCIA ATENDENDO AO OFÍCIO Nº 03/2025 DA LAVRA DO VEREADOR FERNANDO SAMPAIO, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; EDUCAÇÃO; SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO (11/03/2025).

Ao dia onze de março de dois mil e vinte cinco, terça-feira, às oito horas e trinta e nove minutos, realizou-se a reunião presencial/por videoconferência atendendo ao ofício nº 03/2025 da lavra do vereador Fernando Sampaio. **Participaram da reunião:** Os Vereadores: Fernando Sampaio de Castro, Valmir Aparecido de Oliveira, Italo Henrique de Oliveira, Marcelo Monteiro Macedo, José Antunes Vieira. **Registraram Presença:** Guilherme Louzada Moraes, especialista de relações institucionais da Samarco; Lara Marcell Quintino representante da Samarco; Roberto Silva, gerente de relações institucionais da Samarco; Karla Sabinô Lima, subsecretária de arquitetura e urbanismo da Secretaria de Obras; Alexandre Augusto Carneiro, secretário municipal de meio ambiente; Ludmyla Ferreira da Luz, licenciamento da Samarco; Siderley Mesquita, morador do bairro Alvorada; José Carlos Alvim, morador do bairro Alvorada; Anderson Ricardo Silva, morador do bairro Alvorada; Israel Quirino, procurador do município. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental” o Presidente Fernando Sampaio declarou abertos os trabalhos, e solicitou à secretária a leitura das correspondências. Seguidamente passou a palavra aos moradores do bairro Alvorada. Com a palavra, o Sr. José Carlos Alvim, relatou que, no bairro Alvorada, já ocorreram reuniões com o poder público devido às condições precárias da infraestrutura. Destacou que, durante as chuvas, a entrada e saída do bairro se tornam difíceis. Seguidamente, informou que na entrada do bairro, há uma placa proibindo a passagem de veículos com carga, o que pode gerar multa aos motoristas que entram para realizar entregas. Oportunamente, informou que os moradores estão arrecadando recursos para instalar canaletas, mas temem que as melhorias sejam perdidas com o próximo período de chuva. Informou sobre a necessidade de instalação de quebra-molas devido a acidentes e pediu solução para os problemas de estrada, iluminação e abastecimento de água no bairro. Com a palavra, o vereador Fernando Sampaio, destacou que toda a água da chuva acaba indo para o bairro, alagando a área, e que isso deveria ter sido previsto na contrapartida da estrada, com a implementação de um sistema de escoamento adequado. Informou que o problema é grave e que será necessário verificar com a Secretaria de Meio Ambiente e com a empresa responsável pela estrada, a Samarco, quais medidas podem ser adotadas para minimizar os danos causados. Pela ordem, Anderson Ricardo, informou que, desde o início da obra da estrada da Purificação, houve diversas reuniões com os moradores, nas quais a Samarco e a Hexágono estiveram presentes, ouvindo as demandas da comunidade. Destacou que a pavimentação da estrada desviou o escoamento natural da água para dentro do bairro, causando grandes erosões. Também alertou para a alta velocidade no horário de pico, que já causou acidentes, e para a falta de iluminação pública. Seguidamente, criticou a ausência de um ponto de ônibus adequado. Seguidamente, enfatizou que o bairro carece de infraestruturas básicas, como esgoto, iluminação pública, energia regularizada e água encanada. Explicou que a comunidade tem se organizado através de uma associação para buscar melhorias, mas ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

enfrenta muitos desafios. Ele mencionou que os moradores já gastaram recursos próprios para tentar melhorar a infraestrutura, como a construção de canaletas, mas isso é insustentável a longo prazo. Anderson finalizou destacando os riscos de emergência no bairro, onde, em caso de chuva, o acesso é ainda mais complicado. Com a palavra, o vereador Fernando Sampaio, questionou a Samarco e a Prefeitura, se havia alguma condicionante para a obra da estrada da Purificação. Com a palavra, o Sr. Alexandre Carneiro cumprimentou a todos, e informou que a demanda recebida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente está relacionada exclusivamente à movimentação de terra para a ampliação do traçado da via, e que as condicionantes impostas dizem respeito unicamente a essa questão. Com a palavra, o vereador Fernando Sampaio questionou ao secretário a respeito do primeiro tópico lido, se a erosão vai pro bairro, se a condicionante vale para o bairro. Em resposta, o Sr. Alexandre informou que corresponde só para a estrada. Com a palavra, o vereador Ítalo Henrique questionou sobre o efeito colateral causado pela pavimentação, que resultou em erosões no bairro. Ele explicou que, antes, com a estrada de terra, a absorção da água da chuva era maior, mas com o calçamento, a água passou a ser direcionada para dentro do bairro. Perguntou se isso não deveria ter sido previsto na obra. Em resposta, o Sr. Alexandre informou que não, na condicionante de obra, não é necessário estar previsto e se mostrou disponível para apresentar à Casa os relatórios de acompanhamento. Pela ordem, o vereador Valmir Aparecido questionou se, na época, o município e a Samarco não realizaram uma reunião com os moradores para discutir os possíveis impactos da obra no bairro Alvorada. Pela ordem, o vereador Marcelo Macedo questiona se houve algum estudo de impactos dessa obra. Em resposta, o Sr. Alexandre, informou que não, para esse tipo de atividade de movimentação de terra, o estudo não precisa ser apresentado. Pela ordem, o vereador José Antunes Vieira, afirmou que a obra trouxe benefícios, mas já começou de forma errada, ao ser entregue sem a construção do trevo, o que, segundo ele, demonstrava que a obra não deveria ter sido recebida dessa forma. Com a palavra, o Sr. Roberto Guimarães explicou que a Samarco seguiu o projeto aprovado no licenciamento ambiental, que foi uma condicionante do Conselho de Patrimônio Histórico de Ouro Preto, no âmbito da Licença Corretiva. Seguidamente, detalhou que, após a pavimentação da estrada da Purificação, a Samarco procurou a Secretaria de Meio Ambiente para licenciar atividades específicas, como a movimentação de terra, conforme a legislação municipal. Ainda, esclareceu que, quando a estrada estava pronta, as intervenções não previstas, como questões de drenagem e escorregamento, foram discutidas e resolvidas com a comunidade. Ele afirmou que a Samarco está disposta a visitar o local com os moradores para avaliar a situação e buscar soluções. Com a palavra, o vereador Fernando Sampaio sugeriu que fosse agendada uma reunião 'in loco' com os moradores e a Samarco para que os moradores apresentem à empresa as questões que precisam de melhoria. Com a palavra, o Sr. Roberto Guimarães explicou que explicou que a Samarco possui uma equipe dedicada ao relacionamento com as comunidades, garantindo um diálogo contínuo. Ele afirmou que, caso sejam identificados passivos não resolvidos relacionados ao projeto, a empresa está disposta a realizar uma visita técnica para avaliar a situação. Roberto também mencionou que, tanto no mandato anterior quanto no atual, a Prefeitura já se colocou à disposição para procurar o órgão estadual responsável pela rodovia e buscar uma solução para o trevo. No entanto, ele enfatizou que o trevo não fazia parte das condicionantes do projeto da Samarco, que se limitava à pavimentação da estrada. Pela ordem, o vereador Marcelo Macedo afirmou que, se houver questões relacionadas à obra executada pela Samarco, ele tem certeza de que a empresa resolverá prontamente. No entanto, ele destacou a importância de apurar as responsabilidades, distinguindo o que é de competência do poder



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

público e o que é da empresa. Ele sugeriu que, para resolver as questões do bairro, a Samarco deve trabalhar em conjunto com o município, especialmente as Secretarias de Obras e Meio Ambiente. Seguidamente, mencionou que a solução para o bairro poderia ser o Reurb. Reconheceu que alguns problemas, como esgoto, energia e água, não são responsabilidade da Samarco, mas do poder público. Concluiu sugerindo uma visita ao local para que a Samarco identifique os problemas relacionados à obra e, ao mesmo tempo, o poder público ouça as reivindicações dos moradores e possa atuar para resolver as questões estruturais. Com a palavra, o Sr. Siderley Mesquita questionou a Samarco sobre a situação das canaletas, que estão entupidas e não adequadas para escoar a água, o que tem causado escorregamento da água para dentro do bairro. Seguidamente, destacou a falta de clareza sobre a responsabilidade pela limpeza das canaletas e estradas após a obra e pediu à Samarco e à prefeitura que tomem providências para resolver essas questões. Seguidamente, questionou sobre o Reurb, perguntando se o projeto foi retomado, já que o prefeito tinha se comprometido a revisar a situação. Com a palavra, a Sra. Karla Sabino, abordou a situação do bairro Alvorada, destacando que o bairro está dentro da área urbana de Mariana, embora o acesso pela estrada da Purificação, que pertence a Ouro Preto. Ela explicou que a condicionante relacionada ao bairro foi proposta pelo município de Ouro Preto, já que a estrada se encontra no território daquele município. Contudo, a pavimentação e o acompanhamento da estrada foram realizados por Mariana no trecho que passa pelo bairro Alvorada. Seguidamente, ressaltou que uma possibilidade de regularização para o bairro seria por meio da Reurb específica, modalidade em que o poder público não assume todos os custos das obras de infraestrutura, mas realiza a intervenção básica, como saneamento e iluminação domiciliar, além da pavimentação e drenagem. Ela explicou que, no caso do bairro Alvorada, o município já realizou alguns levantamentos, incluindo um mapeamento aéreo e o levantamento das matrículas dos terrenos, para avaliar a situação fundiária do local. No entanto, o processo encontra obstáculos, pois uma parte da terra está em discussão judicial, relacionada a usucapião, e ainda não há um proprietário claramente definido para a área. Seguidamente, informou sobre a questão da iluminação pública. De acordo com ela, o município tem trabalhado com a CEMIG para resolver essa questão no bairro Alvorada, apesar das dificuldades com as ligações clandestinas. Seguidamente, explicou que o bairro Alvorada está dentro de uma área com parcelamento irregular, e que o poder público só pode agir de maneira mais incisiva quando as questões jurídicas, como a usucapião, forem resolvidas ou estiverem em andamento. Ela também mencionou a necessidade de regularizar a ocupação do terreno para que o município possa agir adequadamente na infraestrutura, de modo a evitar que o parcelamento continue se expandindo sem controle. Com a palavra, o Vereador Ítalo Henrique destacou a necessidade de fiscalização e a responsabilidade do Poder Público na implementação de programas habitacionais. Solicitou a palavra do Dr. Israel Quirino, procurador do Município, para esclarecimentos jurídicos sobre o papel da Prefeitura nessa questão. Ressaltou a importância de separar a atuação da Samarco no trevo de acesso, estrada e drenagem, enfatizando que a solução da drenagem deve ser prioridade antes de qualquer construção. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo destacou a necessidade de aprimorar a fiscalização no município, ressaltando a grande deficiência de Mariana nesse aspecto. Enfatizou a urgência de avançar em políticas públicas habitacionais, dada a ausência de iniciativas eficazes na cidade, e questionou o número de fiscais concursados na Secretaria de Obras. Com a palavra, a Sra. Karla Sabino Lima informou que atualmente há apenas um fiscal concursado, mas que a equipe está em processo de reestruturação, com uma lista de concursados aptos a serem chamados. Destacou que a administração municipal está empenhada na



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

reorganização do setor de fiscalização. Pela ordem, o Vereador Marcelo Macedo reiterou a gravidade da situação, apontando que o número de fiscais é insuficiente para atender à demanda. Ressaltou que a falta de políticas habitacionais tem levado à ocupação irregular de terrenos, uma vez que muitas pessoas não possuem condições financeiras para adquirir imóveis regulares. O Presidente Fernando Sampaio questionou o remanejamento dos fiscais, ao que a Sra. Karla Sabino Lima respondeu que ocorreu recentemente, antes do Carnaval, para atender a demandas do setor de Posturas. Informou que há planejamento em andamento para estruturar a fiscalização de forma eficiente, abrangendo também os distritos do município. O Presidente destacou que a falta de fiscais inviabiliza a aplicação das leis, defendendo que novos códigos e normas só sejam aprovados com a garantia de fiscais para sua execução. O Vereador Marcelo Macedo, em concordância, afirmou que, na legislatura passada, essa questão foi amplamente debatida e cobrada. Questionou a Sra. Karla Sabino Lima sobre a última reunião da Comissão do REUB, ao que a mesma respondeu que ocorreu em dezembro. Enfatizou que muitas leis municipais não são cumpridas, permanecendo apenas no papel, o que compromete a organização do município. Defendeu a criação de um plano habitacional eficiente. Com a palavra, a Sra. Karla Sabino Lima esclareceu que há planejamento para fiscalização, com definição de rotas diárias e integração entre secretarias para aprimorar o controle urbanístico e ambiental. Pela ordem, o Vereador Valmir Aparecido questionou a Sra. Karla Sabino Lima sobre as medidas que o município pode adotar de imediato. Destacou que, apesar das irregularidades no loteamento, trata-se de uma área ocupada por famílias que necessitam de suporte do poder público. Com a palavra, a Sra. Karla Sabino Lima informou que a iluminação pública está sendo tratada com a CEMIG, mas que a regularização da área exige estudos ambientais, jurídicos e cadastramento da população. Explicou que a região possui três matrículas distintas, sendo necessária a participação dos proprietários no processo de regularização. O Vereador Valmir Aparecido questionou se o proprietário conhecido como Sr. "Tadeu" poderia disponibilizar a área para compensações, ao que o Presidente Fernando Sampaio esclareceu que o terreno está em litígio, impedindo qualquer formalização. A moradora Telma manifestou preocupação com o reconhecimento do bairro pela Prefeitura e questionou se os moradores teriam direito ao programa Tarifa Zero. O Presidente Fernando Sampaio perguntou se o IPTU era cobrado na região, e a moradora confirmou o pagamento. Com a palavra, a Sra. Karla Sabino Lima esclareceu que o IPTU incide sobre qualquer área classificada como urbana, independentemente da regularização fundiária, e que moradores podem solicitar a exclusão de tarifas como iluminação pública e coleta de lixo caso os serviços não sejam prestados. O Presidente Fernando Sampaio questionou se essas tarifas poderiam ser retiradas, ao que a Sra. Karla Sabino Lima confirmou a possibilidade. Pela ordem, o Vereador Ítalo Henrique questionou se tais cobranças constavam no IPTU, sendo confirmado pelo Sr. Sirderley Mesquita. A Sra. Karla Sabino Lima reforçou que, caso os serviços não sejam prestados, os moradores podem requerer a exclusão das cobranças. Em resposta, o Sr. Sirderley Mesquita questionou sobre a cobrança do IPTU em imóveis situados parcialmente entre Mariana e Ouro Preto. A Sra. Karla Sabino Lima esclareceu que a questão deve ser tratada diretamente no setor de Cadastro Técnico, pois cada município tem sua própria legislação tributária. Em seguida, o Sr. Sirderley Mesquita indagou sobre a instalação urgente de energia elétrica na região. Em resposta, o Presidente Fernando Sampaio informou que a solicitação já foi feita à Prefeitura, mas que não há previsão para a implementação do serviço. O Sr. Sirderley Mesquita relatou que os moradores utilizam água de nascentes, mas o fornecimento é precário, questionando possíveis intervenções públicas para melhorar a situação. A Sra. Karla Sabino Lima explicou que a regularização do bairro deve



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

incluir soluções sustentáveis para abastecimento e saneamento, sendo a responsabilidade inicial dos proprietários em loteamentos irregulares. Mencionou casos semelhantes, como na Chapada Imperial, onde foram adotadas soluções isoladas. O Sr. Sirderley Mesquita alertou que o crescimento do bairro aumentará a demanda por água, tornando inviável o sistema atual. Em resposta, a Sra. Karla Sabino Lima reforçou que a questão será tratada no âmbito da regularização fundiária. Pela ordem, o Sr. Sirderley Mesquita questionou sobre o limitador instalado na entrada do bairro Alvorada, informando que o dispositivo está no território de Mariana, mas foi instalado por decreto de Ouro Preto. Relatou que o limitador dificulta a entrada de caminhões, prejudicando a circulação de veículos pesados. Informou que buscou esclarecimentos junto à Sra. Lara, que indicou que a questão envolve os órgãos Ourotran e Demutran. Indagou sobre a possibilidade de remoção ou realocação do limitador. Em seguida, relatou um episódio em que um ônibus conseguiu passar por uma manifestação no bairro Cristais, apesar da restrição para veículos pesados, questionando os critérios de fiscalização da via. O Presidente Fernando Sampaio esclareceu que a estrada foi construída pela Samarco como contrapartida, mas que a fiscalização compete exclusivamente aos órgãos municipais. Reforçou que a Samarco não possui autoridade para regular o tráfego, apenas para manutenção da via por dois anos, conforme acordado. O Sr. Sirderley Mesquita relatou que a empresa Santini, prestadora de serviços à Samarco, afirmou que a restrição para determinados veículos foi imposta pela própria empresa. O Presidente reiterou que a fiscalização cabe ao Demutran e que qualquer restrição deve estar alinhada à legislação municipal. O Sr. Sirderley Mesquita insistiu na necessidade de resolver a questão do limitador, argumentando que impacta o direito de ir e vir dos moradores. O Presidente Fernando Sampaio informou que será realizada uma visita técnica para avaliar a situação. Pela ordem, o Sr. Anderson do Carmo Silva questionou sobre a possibilidade de extensão da rede elétrica no bairro Alvorada, destacando a necessidade de infraestrutura básica, incluindo iluminação pública, melhorias nas estradas e segurança. A Sra. Karla Sabino Lima informou que a solicitação foi encaminhada à CEMIG, que recebeu a poligonal do bairro e a marcação das unidades habitacionais para desenvolver o projeto de implantação da rede elétrica. Destacou que ainda não há prazo definido para a execução do serviço, mas garantiu que a Prefeitura acompanhará o andamento e manterá a comunidade informada. Com a palavra, o Presidente Fernando Sampaio alertou os moradores sobre a importância de evitar novas vendas de lotes na região, pois a expansão desordenada pode comprometer o processo de regularização fundiária. Reforçou que a fiscalização deve partir também dos moradores, para evitar a comercialização irregular de terrenos. O Sr. Anderson do Carmo Silva concordou, destacando que o bairro já possui CEP e nomes de ruas, o que demonstra a necessidade de manter a delimitação atual até que a legalização seja concluída. A Sra. Karla Sabino Lima explicou que uma futura expansão poderá ser autorizada, mas que, no momento, o foco deve ser na regularização da área já ocupada. O Presidente sugeriu que a Prefeitura elabore mapas detalhados do bairro, indicando as áreas passíveis de regularização, pois muitos moradores desconhecem as delimitações. A Sra. Karla Sabino Lima esclareceu que a demarcação depende da conclusão de estudos geológicos e ambientais, para identificar áreas de preservação e risco. Informou que já há um levantamento jurídico apontando três matrículas na região, mas que os demais estudos ainda precisam ser finalizados para definir com precisão as áreas regularizáveis. Com a palavra, o Presidente Fernando Sampaio reforçou a importância da divulgação de informações sobre a regularização fundiária, evitando que novas aquisições ocorram em áreas inviáveis. Sugeriu dialogar com os proprietários para verificar a possibilidade de permutas de terrenos, prevenindo conflitos futuros. A Sra. Karla Sabino Lima destacou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

necessidade de conter a ocupação irregular e mencionou que algumas áreas dentro do perímetro delimitado poderão ser destinadas ao reassentamento de moradores, caso sejam identificadas como de risco ou de preservação ambiental. Solicitou o apoio dos moradores na fiscalização e denúncia de novas ocupações, ressaltando que a Prefeitura tem competência para notificar e embargar construções irregulares. Pela ordem, o Sr. Sirderley Mesquita questionou a viabilidade de um projeto para redistribuir lotes ocupados em áreas passíveis de regularização, evitando construções em locais ambientalmente protegidos. Sugeriu que os proprietários, juntamente com a associação de moradores, possam contribuir para essa reorganização. A Srá. Karla Sabino Lima explicou que a comunidade pode conduzir a iniciativa, desde que os proprietários arquem com os levantamentos técnicos necessários. Informou que a REURB-E atribui aos parceladores a responsabilidade pela organização dos lotes e que, havendo consenso, o processo pode ser agilizado. Destacou a necessidade de estudos topográficos, urbanísticos e de engenharia para definir as áreas viáveis para ocupação. O Sr. Sirderley Mesquita mencionou que técnicos já realizaram medições no bairro, mas os moradores ainda têm dificuldades para compreender a delimitação dos lotes. Questionou a existência de um projeto consolidado. A Sra. Karla Sabino Lima informou que há um levantamento preliminar da poligonal do bairro e uma demarcação inicial dos terrenos, mas os estudos ambientais e geológicos ainda estão em andamento. Explicou que muitos dados foram obtidos por imagens aéreas, mas que será necessário um levantamento mais detalhado em campo para definir os limites exatos. O Presidente Fernando Sampaio anunciou que será pré-agendada uma reunião presencial para tratar dessas questões diretamente no local. O Sr. Alexandre Carneiro solicitou providências urgentes para a limpeza das canaletas dentro do município de Mariana, ao que o Presidente Fernando Sampaio garantiu que a Prefeitura providenciará a execução do serviço o mais breve possível. O Sr. José Carlos Alvin alertou para a falta de acostamento na via de acesso ao bairro Alvorada, obrigando pedestres, incluindo crianças, a caminharem sobre a pista, aumentando o risco de acidentes. Defendeu a realização de uma visita técnica para avaliar a situação e ressaltou a urgência de uma solução antes que a manutenção da estrada deixe de ser responsabilidade da Samarco, destacando os riscos à segurança de pedestres, ciclistas e motociclistas. O Presidente Fernando Sampaio concordou com a necessidade de uma avaliação presencial para determinar a responsabilidade pela realização da obra. Destacou o compromisso da administração municipal e dos vereadores em buscar soluções para as demandas apresentadas. O Sr. José Carlos Alvin reiterou que a estrada foi construída pela Samarco e que a ausência de acostamento no trecho entre a saída do bairro e o ponto de ônibus representa um risco grave para os moradores. Por fim, o Presidente Fernando Sampaio agradeceu a participação dos presentes, reafirmando o compromisso do Poder Legislativo em buscar soluções para as questões levantadas. Reconheceu as dificuldades envolvidas e informou que a Samarco manifestou disposição em cumprir suas obrigações, sendo as responsabilidades de cada parte serão verificadas durante a visita técnica. Por fim, anunciou que será agendada uma reunião presencial no bairro Alvorada para avaliar as condições locais e definir estratégias para solucionar os problemas apresentados.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Vereador Fernando Sampaio agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada: